

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/06/2015

- [Vara da Infância e Juventude de Jaboatão realiza encontro de pretendentes à adoção](#)
- [Justiça do Trabalho participa de combate ao trabalho infantil](#)
- [Programa de apadrinhamento afetivo começa a ser implantado em SP](#)
- [Maior bebê do Brasil tem peso de criança de 2 anos e é saudável](#)
- [Teste do pezinho: só 20% dos recém-nascidos pernambucanos são triados no período ideal](#)

**Assunto: Vara da Infância e Juventude de Jaboatão realiza encontro de pretendentes à adoção**

**Fonte:** Tribunal de Justiça do Estado de PE

**Data:** 05/06/2015



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Vara da Infância e Juventude da Comarca de Jaboatão dos Guararapes promove nos dias 5 e 6 de junho o 12º Encontro de Pretendentes à Adoção. O objetivo da iniciativa é preparar psicossocial e juridicamente os interessados em adotar crianças e adolescentes. O encontro acontece no Fórum Henrique Capitulino, localizado na Rodovia BR-101 Sul, km 80, bairro de Prazeres.

A participação no Encontro de Pretendentes garante aos candidatos a certificação necessária para ser inserido no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O evento atende os pretendentes de Jaboatão, além dos oriundos de comarcas circunvizinhas. No total participam do encontro 33 pessoas provenientes de Jaboatão e Olinda. A preparação de pretendentes à adoção passou a ser obrigatória a toda pessoa que procure a Justiça com a intenção de adotar uma criança ou um adolescente, a partir da vigência da Lei 12.010 de 2009.

A equipe interprofissional da Vara abordará os aspectos jurídicos, psicológicos, pedagógicos e sociais da adoção por meio de debates, palestras, vídeos e uma peça de teatro. Segundo a coordenadora da equipe interprofissional da unidade, a pedagoga Elisama Costa, o encontro é um momento importante não só para esclarecer as dúvidas dos participantes sobre o tema, mas também para combater alguns preconceitos em relação a adoções tardias e interracialis.

"A peça tratará de uma forma lúdica exatamente dos preconceitos e ideias preconcebidas sobre o ato de adotar. Buscaremos ainda mostrar o verdadeiro sentido da adoção, que é do querer construir uma família com uma troca mútua de afeto e experiências e não o de realizar um ato de caridade", afirma.



**Assunto: Justiça do Trabalho participa de combate ao trabalho infantil**

**Fonte: CNJ**

**Data: 05/06/2015**



O Fórum Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Rondônia (FEPETI/RO) em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e o Ministério Público do Trabalho em Rondônia realizaram, nos dias 28 e 29 de maio, em Porto Velho, um evento com oficinas e palestras de capacitação e novas práticas no combate ao trabalho infantil, com o objetivo de fortalecer a mobilização do estado de Rondônia nas estratégias de

enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil.

Representando o Regional, o juiz Auxiliar da Presidência e juiz de Cooperação do TRT14, Edilson Carlos de Souza Cortez, participou do evento que abriu o cronograma de atividades que ocorrerão durante o mês de junho nas cidades de Porto Velho e Candeias do Jamari, como parte das ações alusivas ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado no dia 12 de junho.

Segundo a palestrante Tânia Dormelos, presidente do Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Ong responsável técnica e financeiramente do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, um dos grandes empecilhos na luta contra esse problema é que para a sociedade essa ainda é uma situação invisibilizada.

"Quando se fala dos direitos humanos de crianças e adolescentes, vemos algumas violações mais do que outras, a questão da educação, da saúde, do enfrentamento contra a violência sexual, mas infelizmente quando se fala de trabalho infantil, essa é uma questão social naturalizada. Muitas vezes a gente olha, mas a gente não vê. Tem toda a questão dos mitos do trabalho infantil que a gente precisa desconstruir", afirma.

Ainda para a palestrante é importante que, através destas ações, os participantes e colaboradores adquiram uma visão mais humana sobre esse problema social, já que se tratam de crianças e adolescentes, sendo essencial uma articulação da sociedade civil com o Estado e os organismos internacionais para que se consiga acabar com essa violação do direito. E alerta ainda que a preocupação com esses indivíduos não deve acabar neste ponto, já que vão se transformar em parte ativa da sociedade em seu futuro.

"Não é só tirar a criança do trabalho infantil, na verdade quando você fala em tirar a criança do trabalho infantil você está oportunizando outras vivências a ela, uma educação, uma convivência familiar. O que acontece na infância não fica só na infância. Se você tem uma infância protegida e com os direitos garantidos, você vai conseguir se transformar em um cidadão autônomo, com criticidade, capaz de fazer escolhas", esclarece.

Para Carmelita de Oliveira Domingues, coordenadora do FEPETI/RO, a necessidade da renovação dos métodos e estratégias são essenciais para que se alcance bons resultados e lembra a sociedade de que esse "é um trabalho de todos nós, porque as crianças são responsabilidade de todos nós".

Além da parceria com o TRT14, o Fórum conta ainda com a participação do MPT/RO, Ministério Público Estadual, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Prefeitura de Porto Velho e Governo do Estado de Rondônia, por meio da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

**Assunto: Programa de apadrinhamento afetivo começa a ser implantado em SP**

**Fonte: CNJ**

**Data: 05/06/2015**



O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) começa a implantar um programa de apadrinhamento afetivo para crianças e adolescentes que vivem em abrigos, com o objetivo de possibilitar a esses jovens, com chances remotas de adoção, a construção de vínculos fora da instituição em que vivem. Três abrigos foram escolhidos para desenvolvimento do projeto “Família Apadrinhadora” e, em poucas semanas, a Vara da Infância e Juventude Central de São Paulo já recebeu 3.500 inscrições de candidatos a padrinhos, que deverão agora ser avaliados. O programa paulistano será coordenado pela vara e conta com a parceria do Instituto Sedes Sapientiae.



O apadrinhamento afetivo é um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, no sentido de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas. As crianças aptas a serem apadrinhadas têm, quase sempre, mais de dez anos, possuem irmãos e, por vezes, são deficientes ou portadores de doenças crônicas – condições que resultam, na maioria das vezes, em chances remotas de adoção.

O padrinho ou a madrinha se torna uma referência na vida da criança, mas não recebe a guarda, pois o guardião continua sendo a instituição de acolhimento. Os padrinhos podem visitar a criança e, mediante autorização e supervisão, realizar passeios e até mesmo viagens com as crianças. Em alguns estados, o Poder Judiciário trabalha há alguns anos em conjunto com instituições que possuem programas que auxiliam os processos de adoção e de apadrinhamento afetivo que se tornaram referência no País – como, por exemplo, o Instituto Amigos de Lucas, no Rio Grande do Sul, e a Instituição Aconchego, no Distrito Federal.

Em São Paulo, o projeto “Família Apadrinhadora” será implantado inicialmente em três abrigos da capital e, posteriormente, deve ser estendido por todo o estado. De acordo com a juíza Dora Martins, titular da Vara da Infância e Juventude do Foro Central, após divulgar oficialmente o programa, a vara recebeu 3.500 inscrições de candidatos a padrinhos, que deverão ser avaliados por psicólogos em, pelo menos, quatro entrevistas e realizar cursos antes de iniciar a convivência com as crianças. Além disso, de acordo com a juíza, o programa

deverá ser implantado de forma harmônica, para que possam ser oferecidos padrinhos e madrinhas a todas as crianças. “O abrigo é uma casa. Muita gente ainda tem a ideia antiga de orfanato. A intimidade, portanto, deve ser preservada e teremos um cuidado muito grande no acesso às crianças”, diz a magistrada, responsável por 20 abrigos e cerca de 400 crianças.

**Vínculos** - A motivação para a criação do programa, de acordo com a juíza, foi o fato de que muitas crianças criadas nos abrigos chegam à adolescência com muita insegurança, pois não têm vínculos com ninguém fora do abrigo, nem condições de arcar com as próprias despesas aos 18 anos. “A ideia é criar vínculos que poderão ser levados para além do abrigo. Queremos abrir caminho para o exercício do afeto, para o potencial de solidariedade das pessoas. Não é caridade, mas comprometimento social e humano”, diz a juíza Dora. Como a ideia é possibilitar uma convivência fora do abrigo para a criança e não um “teste” para uma possível adoção – o que poderia gerar frustrações nas crianças -, quem está na fila para realizar uma adoção não pode participar do programa de apadrinhamento afetivo.

De acordo com a juíza Dora, as crianças com possibilidades remotas de adoção viveram histórias de muito sofrimento e desenvolveram uma grande capacidade de resiliência para lidar com tantas perdas – como a da família e da casa. “Eles são muito maduros. Muitas vezes, quando chegam à adolescência, dizem que nem querem mais ser adotados, não vislumbram mais essa possibilidade”, diz a juíza, que se lembra de um caso raro de uma adoção que realizou recentemente de um menino de 15 anos e portador de HIV, uma exceção no universo da adoção tardia.

**Assunto: Maior bebê do Brasil tem peso de criança de 2 anos e é saudável**

**Fonte: Portal NE10 PE**

**Data: 05/06/2015**



**Bebê passou por série de exames em Caruaru, no Agreste**

Desde que nasceu, o filho da agricultora Hosana da Silva, de 24 anos, e do técnico em enfermagem Macionílio Calaça, de 37 anos, tem sido notícia em todo o Brasil. O pernambucano Moacir, que completou recentemente nove meses, nasceu com 7,650 kg e 58 centímetros, tornando-se o maior bebê nascido no país. Atualmente, ele pesa 13,9 kg, peso que, segundo pediatras, se aproxima ao de uma criança de dois anos.

A mãe, que mora no Sertão pernambucano, conta que enfrenta dificuldades no dia a dia por causa do peso do bebê. “Ele é muito pesado. É difícil levar ele para os locais. Desde que nasceu, a gente precisa levar para médico, fazer acompanhamento. É complicado, pois ele não anda e, no colo, não aguento o tempo todo”, afirma. O bebê passou por um bateria de exames em Caruaru no mês de maio, que não apontaram nenhum problema.

De acordo com o pediatra Luiz Bandim, que realizou os exames, Moacir é uma criança normal e saudável. “Fizemos exames de sangue, colesterol, hormônios entre outros. E todos deram um resultado muito satisfatório. Ele pode ter algum tipo de complicação para começar a andar, por causa do excesso de peso, mas terá uma vida normal”, explica.

O pediatra afirmou ainda que o bebê tem menos chances de crescer obeso por causa da amamentação. “Ele está parando de mamar agora. A amamentação reduz muito o risco de obesidade. Ele poderá crescer e ter o peso normal. Tem uma nutricionista o acompanhando para manter uma dieta saudável. A tendência nos próximos meses é que ele siga crescendo, mas engordando menos”, detalha.

A mãe do menino afirma que segue a dieta preparada pela nutricionista. “Às vezes, falta uma coisa ou outra, mas, sempre que podemos, compramos as frutas e os legumes indicados. A gente tem dificuldade de comprar tudo, mas não deixa por nada de cuidar bem dele”, conta. Ela afirma ainda que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito. “Desde que nasceu, todo mundo tem curiosidade. Ninguém nunca ofendeu a gente”.



**Moacir nasceu em Floresta, no Sertão**

Para vestir o menino, a agricultora conta que precisa comprar roupas para crianças mais velhas. “O tamanho da idade dele não cabe de jeito nenhum. Tem algumas roupas de dois anos que ainda dão, mas alguns shorts só dão se forem para crianças de três anos”, revela.

**NASCIMENTO** – Moacir nasceu em uma cesariana no dia 3 de setembro em Floresta, no Sertão de Pernambuco. Ele foi transferido para um hospital em Serra

Talhada, também no sertão pernambucano, e depois passou por uma série de exames no Hospital Barão de Lucena, no Recife. O peso e o tamanho do menino surpreenderam a equipe médica responsável pelo parto. O enxoval, feito antes do nascimento, foi doado, já que nenhuma peça coube em Moacir.

De acordo com a mãe da criança, a gestação de Moacir, segundo filho do casal, foi tranquila. Ela não teve nenhum tipo de complicação e só descobriu o peso do bebê após o parto. "Fizemos uma ultrassonografia, mas não deu para saber quanto ele estava pesando. Meu primeiro filho nasceu com mais de quatro quilos, o médico disse que pode ser alguma coisa da genética", revela.

**Assunto: Teste do pezinho: só 20% dos recém-nascidos pernambucanos são triados no período ideal**

**Fonte:** Portal NE10 PE

**Data:** 05/06/2015



**Teste do pezinho deve ser feito entre o 3º e o 5º dia de vida do recém-nascido**

Entre o terceiro e o quinto dia de vida, o recém-nascido recebe um furinho no pé que tem um valor imenso. Estamos falando do teste do pezinho (ou triagem neonatal), que possibilita o diagnóstico de algumas doenças nos primeiros meses de vida e tem dia nacional é lembrado neste sábado (6/6). Trata-se de um dos exames essenciais para o bebê. Contudo, cerca de 20% dos meninos e meninas triados chegam aos serviços de saúde no

tempo oportuno. Atualmente, em Pernambuco, quatro doenças podem ser descobertas com o teste – e duas delas, se não tratadas a tempo, podem deixar sequelas irreversíveis na criança, como retardo mental.

Em 2014, de acordo com dados preliminares, dos 143.076 bebês nascidos no Estado, 102.825 (71,8%) fizeram o teste do pezinho. O percentual aumentou em comparação aos anos anteriores (como em 2007, que registrou 55,80% de cobertura), mas ainda é preciso ampliar para que todos os nascidos em Pernambuco sejam testados. Atualmente, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) faz um trabalho para estimular os municípios a abrirem novos postos de coleta nas Unidades Básicas de Saúde para facilitar o acesso.

Do total de crianças que fizeram o teste do pezinho em 2014, apenas 20.493 (19,93%) foram triadas no período ideal. “O teste do pezinho é gratuito e está disponível em mais de 200 postos de coleta distribuídos em 180 municípios pernambucanos. Quando algum recém-nascido tem resultado suspeito para alguma das doenças triadas, há uma articulação com a atenção primária do município e o posto de coleta. O objetivo é a busca ativa do recém-nascido, a fim de confirmar o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento”, afirma a coordenadora estadual de Triagem Neonatal da SES, Telma Costa.

No período de 2001 a 2014, foram diagnosticados pelo Programa Estadual de Triagem Neonatal 39 casos de fenilcetonúria, 304 de hipotireoidismo congênito, 489 de doença falciforme e outras hemoglobinopatias e dois de fibrose cística (essa última triagem foi implantada em janeiro de 2014).

Para fazer o teste do pezinho, os pais ou responsável devem levar um documento de identificação com foto, a certidão de nascimento da criança ou declaração de nascido vivo entregue pela maternidade na alta (via amarela) e o comprovante de residência.

Após a coleta, as amostras são encaminhadas, via Correios, para o Laboratório Central de Pernambuco (Lacen-PE), responsável pelo exame, que fica pronto em até 10 dias após o recebimento da amostra. A logística de transporte das amostras pelos Correios faz parte de um projeto piloto do Ministério da Saúde e tem contribuído com a redução dos tempos entre a coleta e a liberação do resultado.

“Ressaltamos a importância de cobrar nas consultas na atenção primária o resultado do teste do pezinho e registrar na Caderneta de Saúde da Criança”, diz Telma.

A rede de acompanhamento e tratamento de doenças diagnosticadas pelo teste do pezinho encontra-se estabelecida no Hospital Barão de Lucena (fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito), Hemope (doença falciforme e outras hemoglobinopatias) e no Imip (fibrose cística).